

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE POMBAL

Normas de Participação

PREÂMBULO

O Orçamento Participativo de Pombal representa uma das principais ferramentas de democracia participativa implementadas pela Câmara Municipal de Pombal. Esta é uma iniciativa que pretende envolver os cidadãos nas decisões sobre a afetação dos recursos públicos, no âmbito das políticas municipais, mas também sensibilizá-los para o exercício de uma participação ativa e informada na vida pública.

Este envolvimento dos cidadãos envolve-os diretamente na decisão da utilização dos recursos municipais, permitindo também aos decisores políticos auscultar as suas prioridades e preocupações e tê-las em conta na definição das políticas públicas, mesmo naquilo que não se restringe ao âmbito do Orçamento Participativo.

O presente Regulamento visa definir o âmbito e as normas de participação dos cidadãos no Orçamento Participativo de Pombal, tornando a iniciativa clara e transparente, salvaguardando a igualdade de acesso aos cidadãos e definindo as responsabilidades do Município na sua promoção, implementação e avaliação.

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1º

Definição

1. O Orçamento Participativo de Pombal é um instrumento de promoção da democracia participativa, permitindo aos cidadãos apresentarem e votarem projetos de índole local, decidindo sobre a alocação de uma parte do Orçamento do Município de Pombal;
2. Podem participar nesta iniciativa, como proponentes e como votantes, todos os cidadãos que reúnam os requisitos constantes do artigo 11º do Presente Regulamento.

Artigo 2º

Objetivos

O Orçamento Participativo de Pombal tem os seguintes objetivos:

1. Promover a participação ativa e informada dos munícipes na discussão e nas decisões políticas;
2. Aproximar os munícipes dos órgãos municipais, aumentando a transparência da atividade governativa;
3. Contribuir para a modernização administrativa;
4. Contribuir para a construção de uma sociedade civil mais dinâmica, coesa e participativa;
5. Auscultar as prioridades, preocupações e sugestões da população;
6. Incentivar a interação entre os órgãos e serviços municipais e os cidadãos, procurando soluções mais abrangentes, estruturadas e adequadas à realidade local e às reais necessidades dos cidadãos.

Artigo 3º

Modelo de participação

Os cidadãos podem participar no Orçamento Participativo de Pombal de duas formas:

1. Apresentando propostas, nos prazos e nos moldes definidos para tal;
2. Votando nos projetos resultantes das propostas apresentadas, após análise e aceitação das mesmas pela Comissão de Análise Técnica.

Artigo 4º

Componente orçamental

1. Anualmente, o executivo municipal, sob proposta do Presidente, delibera e divulga a verba a alocar a projetos no âmbito do Orçamento Participativo de Pombal;
2. O Executivo compromete-se a cabimentar esses projetos na proposta de Orçamento para o ano subsequente ao ano em que decorre o Orçamento Participativo.

Artigo 5º

Âmbito territorial

O Orçamento Participativo de Pombal abrange todo o concelho.

CAPÍTULO II

Funcionamento

SECÇÃO I

Disposições Gerais

Artigo 6º

Fases

O Orçamento Participativo de Pombal divide-se nas seguintes fases:

1. Preparação e divulgação;
2. Apresentação de propostas;
3. Análise técnica das propostas e conversão para projetos;
4. Apresentação pública dos projetos;
5. Votação dos projetos;
6. Publicitação dos resultados;
7. Execução dos projetos.

Artigo 7º

Calendarização

1. As fases do Orçamento Participativo de Pombal decorrem de acordo com a seguinte calendarização:
 - a. Apresentação das propostas – 1 mês
 - b. Análise técnica das propostas – 10 dias úteis
 - c. Divulgação da lista provisória de projetos a votação – Dia útil seguinte ao fim do prazo para a análise técnica
 - d. Apresentação de reclamações sobre as decisões da Comissão de Análise Técnica – 10 dias úteis
 - e. Análise de reclamações – 5 dias úteis
 - f. Divulgação da lista final de projetos a votação – Dia útil seguinte ao fim do prazo para análise de reclamações
 - g. Votação dos projetos – 15 dias consecutivos a contar da divulgação da lista final de projetos a votação
 - h. Publicitação dos resultados – Dia útil seguinte ao do fim da votação
2. A calendarização proposta no número anterior é indicativa, devendo o Executivo Municipal deliberar sobre a calendarização concreta de cada edição na reunião de Câmara a que se refere o número 1 do Artigo 4º.

SECÇÃO II

Organização e Competências

Artigo 8º

Coordenação

O Orçamento Participativo é coordenado por um órgão criado para o efeito, denominado Comissão de Análise Técnica;

Artigo 9º

Comissão de Análise Técnica

1. A Comissão de Análise Técnica é composta por 5 técnicos do Município, tendo em conta a representatividade das várias áreas de intervenção municipais e as hierarquias definidas no Organograma municipal, sendo aprovada, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, na reunião a que se alude no número 1 do artigo 4º do presente regulamento;
2. Compete à Comissão de Análise Técnica:
 - a. Analisar todas as propostas apresentadas e avaliar o seu enquadramento no presente Regulamento;
 - b. Adaptar as propostas a projetos, em articulação com os proponentes;
 - c. Avaliar a possibilidade de, em virtude da proximidade geográfica e/ou afinidade temática, compilar várias propostas num único projeto, em articulação com os proponentes;
 - d. Esclarecer as dúvidas colocadas pelos cidadãos acerca do Orçamento Participativo de Pombal;
 - e. Avaliar e decidir sobre as reclamações apresentadas pelos proponentes;
 - f. Publicar as listas provisória e definitiva de projetos;
 - g. Decidir sobre os pedidos previstos no número 2 do artigo 11º.

SECÇÃO III

Propostas

Artigo 10º

Legitimidade

1. Podem apresentar ou votar as propostas no âmbito do Orçamento Participativo de Pombal todos os cidadãos recenseados no Município de Pombal (maiores de 18 anos);
2. Podem ainda apresentar ou votar as propostas outros cidadãos que solicitem tal direito, fundamentando com relação profissional ou outra, após aprovação pela Comissão de Análise Técnica.

Artigo 11º

Apresentação de propostas

1. A apresentação das propostas deve ser feita na página da Internet do Município de Pombal ou outra criada para o efeito, mediante preenchimento de formulário, nos termos e condições aí fixadas.
2. Cada participante pode apresentar apenas uma proposta em cada formulário. Se no texto de apresentação existirem várias, apenas a primeira será considerada.
3. As propostas apresentadas devem, quanto possível, ser específicas, bem delimitadas na sua execução, devidamente fundamentadas, realçando os objetivos, os destinatários e os benefícios para a população do investimento público.
4. Como parte da valorização das propostas, podem ser anexas fotos, mapas ou plantas de localização, assim como a possibilidade de as equipas técnicas poderem reunir e escutar o proponente, para perceber como equacionou os motivos e as linhas básicas da proposta, para que esta possa ser bem entendida pelos técnicos e a sua valorização seja mais ajustada à realidade. Contudo, a descrição da proposta deverá constar no campo destinado a esse efeito, caso contrário será excluída.

Artigo 12º

Áreas temáticas

1. As propostas deverão enquadrar-se numa das seguintes áreas temáticas:
 - a. Ação Social
 - b. Cultura e eventos
 - c. Educação e Juventude

- d. Desporto e Lazer
- e. Espaço público e espaços verdes
- f. Infraestruturas viárias, trânsito e mobilidade
- g. *Marketing* territorial, comunicação e tecnologias de informação;
- h. Modernização administrativa;
- i. Proteção ambiental e energia
- j. Urbanismo, reabilitação e requalificação urbana;
- k. Higiene urbana;
- l. Segurança e proteção civil;
- m. Turismo, comércio e promoção económica.

Artigo 13º

Análise técnica

1. A Comissão de Análise Técnica aprecia as propostas, decidindo sobre a sua admissão, adaptação ou exclusão;
2. As propostas são excluídas pela Comissão de Análise Técnica nas seguintes circunstâncias:
 - a. Não cumprirem as normas dispostas no presente Regulamento;
 - b. Excederem o montante definido no artigo 4º do presente regulamento e/ou um prazo estimado de execução de 12 meses;
 - c. Não terem base de incidência territorial no Município de Pombal;
 - d. Não se inserirem no âmbito das atribuições dos órgãos autárquicos municipais;
 - e. Serem demasiado genéricas, não sendo possível a sua avaliação ou adaptação a projeto;
 - f. Contrariarem regulamentos municipais ou violarem legislação em vigor;
 - g. Configurarem vendas de serviços a entidades concretas;
 - h. Consubstanciarem o favorecimento ou enriquecimento direto ou indireto de entidade pública ou privada;

- i. Contrariarem ou serem incompatíveis com planos ou propostas municipais;
- j. Estarem previstos ou em execução, no âmbito do Plano de Atividades Municipal, Plano Plurianual de Investimentos ou nos planos análogos das Juntas de Freguesia;
- k. Não serem tecnicamente exequíveis.

SECÇÃO IV

Projetos

Artigo 14º

Conceito

1. Os projetos resultam das propostas apresentadas pelos cidadãos, podendo ser iguais às mesmas ou sofrer adaptações, propostas pela Comissão de Análise Técnica em articulação com os proponentes, que os tornem exequíveis e/ou mais clarifiquem a proposta;
2. Um projeto pode resultar da agregação de várias propostas, pela sua proximidade geográfica e/ou complementaridade.

Artigo 15º

Ordenação

1. Para a disposição no *site* ou qualquer outro meio de comunicação e para a ordem de apresentação nas sessões públicas, os projetos são ordenados pela data de entrada das propostas que lhes deram origem;
2. Caso um projeto resulte de várias propostas, é considerada, para efeitos do disposto no número anterior, a primeira proposta a dar entrada.

Artigo 16º

Apresentação pública

1. Após a publicação da lista definitiva de projetos, os proponentes terão a oportunidade os apresentar publicamente em, pelo menos, uma sessão pública a promover pelo Município de Pombal;

2. A não participação do proponente nestas sessões não constitui motivo de exclusão dos seus projetos da votação;

3. Quando um projeto resulte de propostas de vários proponentes, deverão os mesmos selecionar, entre si, quem a deverá apresentar.

Artigo 17º

Votação

Cada cidadão que cumpra os requisitos previstos no Artigo 10º tem direito a um voto, num único projeto, a exercer na plataforma informática disponibilizada para o efeito.

Artigo 18º

Seleção dos projetos

São selecionados para execução os projetos mais votados, até que se esgote a verba orçamental definida para cada edição.

CAPÍTULO III

Publicitação dos resultados

Artigo 19º

Resultados da votação

1. Os resultados da votação serão divulgados na plataforma do Orçamento Participativo, fazendo referência ao número de votos em cada projeto e especificando quais foram selecionados;

2. Os projetos selecionados serão também divulgados na página do Município na Internet e enviados para a imprensa local e regional.

Artigo 20º

Informações relativas ao processo

A Câmara Municipal de Pombal, nomeadamente os órgãos coordenadores do Orçamento Participativo, comprometem-se a divulgar todas as decisões tomadas ao longo do processo, nomeadamente a aceitação ou não das

propostas, devidamente fundamentada, e a admissão de cidadãos, nos termos do número 1 e 2 do Artigo 10º.

Artigo 21º

Execução dos projetos

Periodicamente e sempre que solicitada para tal, compromete-se a Câmara Municipal de Pombal a informar os cidadãos sobre a execução dos projetos seleccionados.